

A CRISE DA AUTORIDADE ETNOGRÁFICA E OS NOVOS CAMINHOS DA ANTROPOLOGIA¹

Juliette Scarlet Galvão Aires Santos (UFRN - Natal/RN)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar de forma crítica como o “giro pós-moderno” e as mudanças nas relações culturais e sociais dentro da nova ordem global, produziu novas formas de fazer etnografia, a partir do questionamento dos modelos clássicos da Antropologia. Desse modo, busco também construir uma reflexão sobre as vozes subalternizadas nas etnografias e discutir sobre as relações de poder e dominação consolidadas no fazer etnográfico clássico. Além de discutir sobre os novos caminhos percorridos, na Antropologia, em busca de um novo fazer etnográfico.

Palavras-chave: Autoridade Etnográfica; Dominação; Etnografia; Subalternidade.

Introdução

Em seu texto “Sobre a autoridade etnográfica” James Clifford (1994) inicia seu estudo com um breve esboço do que é essa “autoridade etnográfica”:

O sistema de troca kula, tema do livro de Malinowski, foi transformado em algo perfeitamente visível, centrado numa estrutura de percepção, enquanto o olhar de um dos participantes redireciona nossa atenção para o ponto de vista do observador que, como leitores, partilhamos com o etnógrafo e sua câmera. O modo predominante e moderno de autoridade no trabalho de campo é assim expresso: “Você está lá... porque eu estava lá”. (CLIFFORD, 1994, p: 18)

Ao trazer Malinowski, o clássico da Antropologia, Clifford (1994) começa a percorrer o caminho para demonstrar como o trabalho de campo e a etnografia foram sendo construídos na chamada “antropologia clássica” que tem como um dos principais nomes Malinowski.

A chamada “autoridade etnográfica” referida no trecho acima, significa que os discursos presentes no texto etnográfico são legitimados pela presença do pesquisador em

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

campo. Clifford busca argumentar que a autoridade foi construída nas etnografias a partir de um “estar em campo” que tornaria, praticamente, incontestável as descrições e análises dos/as antropólogos/as, como se não houvesse espaço para dúvidas e objeções porque o pesquisador “estava lá” e essa “presença” é o que legitima suas afirmações.

Com isso, a figura do pesquisador de campo foi sendo legitimada e o método da observação participante foi consolidado na Antropologia conferindo o rigor científico necessário à etnografia e também, como argumenta Clifford: “uma visão da etnografia como cientificamente rigorosa ao mesmo tempo que heróica” (1994, p: 28).

Ao trazer essa reflexão, o autor pretende argumentar de forma crítica em cima dessa autoridade etnográfica construindo uma análise sobre a desintegração dessa autoridade etnográfica no século XX.

A etnografia desenvolvida nos termos clássicos constituía um “mundo social” das comunidades e sociedades pesquisadas que aparentava ser independente e desconectado de outros mundos sociais. De forma quase holística, os antropólogos clássicos buscavam um entendimento integral daquele *locus* social estudado a partir do método da observação participante fazendo um longo trabalho de campo que se acreditava ser suficiente para uma compreensão total dos grupos pesquisados.

Clifford argumenta que,

Com a expansão da comunicação e da influência intercultural, as pessoas interpretam os outros, e a si mesmas, numa desnordeante diversidade de idiomas - Uma condição global que Mikhail Bakhtin (1953) chamou de “heteroglossia”. Este mundo ambíguo, multivocal, torna cada vez mais difícil conceber a diversidade humana como culturas independentes, delimitadas e inscritas. (CLIFFORD, 1994, p: 19)

A argumentação do autor perpassa por desconstruir a ideia de que as comunidades/sociedades estudadas pelos antropólogos clássicos são “sistemas fechados” e desconectados dos outros mundos sociais. A partir desse trecho, Clifford traça seu pensamento segundo o qual os diferentes mundos sociais estão conectados e por isso não podem ser pensados separadamente e de forma holística. É pensar que o que ocorre em uma determinada localidade num espaço geográfico afeta uma outra localidade mesmo com as distâncias geográficas e as singularidades de cada cultura.

Compreendendo, pois, o que é essa “autoridade etnográfica” é possível analisar qual a crítica de Clifford e da chamada “antropologia pós-moderna” a ela. Ao longo do estudo, Clifford (1994) desmembra a “autoridade” em quatro tipos: experiencial, interpretativo, dialógico e polifônico. O exemplo da etnografia de Malinowski está incluso dentro da autoridade experiencial conceituada como a comprovação das certezas pela experiência do “estar em campo”.

A autoridade interpretativa pode ser evocada com Geertz e seu famoso método de descrição densa. Embora o aspecto mítico do “eu sei porque estive lá” não apareça nesse modo de autoridade, a crítica de Clifford (1994) perpassa o fato de que nela os aspectos dialógicos e situacionais da interpretação etnográfica tendem a ser banidos do texto representativo final (1994, p: 42). É assim que Clifford abre margem para as críticas à autoridade etnográfica destacando os modos dialógico e polifônico como sendo a compreensão de que a etnografia é produzida no processo de negociação entre os sujeitos pesquisador e pesquisados.

No modo dialógico, há uma conscientização dos sujeitos pesquisados sobre a pesquisa e se busca que esses sujeitos participem da produção etnográfica significativamente. Já no modo polifônico, a intenção é que, não só a voz do pesquisador apareça na produção da etnografia, como também as vozes dos pesquisados (muitas vezes chamados aqui de “colaboradores”), busca-se dar abertura a extensas participações desses sujeitos no texto.

Desse modo, este artigo objetiva discutir, tomando por base os modos de autoridade dialógico e polifônico, como o giro pós-moderno na Antropologia possibilitou que novas vozes (a dos chamados, na antropologia clássica, “informantes”) surgissem nos textos etnográficos. A intenção não é fazer uma defesa de uma “autoridade” em detrimento de outras, mas sim de analisar de forma crítica quais os saldos dessa mudança nos modos de produzir etnografia. Pretendo também analisar quais “vozes” comumente aparecem nos textos, quais não aparecem e por quais razões determinadas vozes são mais ouvidas do que outras.

Pode um *informante* falar?

Discutir sobre quais vozes podem ser ouvidas e quais não podem remete à discussão sobre os sujeitos subalternos de Spivak (2010). Por isso, inicialmente farei uma análise do que a autora está conceituando como a subalternidade e quem são esses sujeitos subalternos.

À medida que a discussão seguir, pretendo argumentar que a noção clássica de autoridade etnográfica (experencial) recai na reprodução de uma subalternidade que consiste no silenciamento e apagamento de determinados sujeitos.

O problema central sobre a subalternidade para Spivak (2010) gira em torno de como os sujeitos do “terceiro mundo” são representados no discurso ocidental. A autora faz um estudo com a intenção de criticar os esforços do Ocidente para problematizar esse sujeito, buscando um diálogo com Foucault e Derrida para refletir a prática discursiva do “intelectual pós-colonial”.

Spivak começa por delinear o que seria o termo “subalterno” que, na perspectiva dela, não pode ser aplicado a qualquer sujeito marginalizado.

O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. (SPIVAK, 2010, p: 12)

Desse modo, Spivak traz a dimensão socioeconômica para analisar que a subalternidade depende de um contexto de exclusão de certos sujeitos e populações que estão à margem, ou na “periferia”, do sistema socioeconômico que ela aponta ter como característica um projeto imperialista.

É nesse ponto que Spivak desenvolve suas críticas a Foucault e Derrida analisando que ambos ignoram a dimensão macrossocial do sistema socioeconômico e as consequências desse projeto imperialista na “subalternização” de determinados sujeitos. A autora aciona a categoria de “violência epistêmica” para argumentar que o “intelectual pós-colonial” que fala pelos subalternos, na verdade, não está falando por ele, e sim silenciando cada vez mais sua voz.

Para Spivak (2010) essa “violência epistêmica” constitui o sujeito colonial como Outro.

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo, de se constituir o sujeito colonial como Outro (...) É bem conhecido que Foucault localiza a violência epistêmica - uma completa revisão da episteme - na redefinição de sanidade do final do século 18 europeu. Mas e se essa redefinição específica tiver sido apenas uma parte da narrativa da história na Europa? (SPIVAK, 2010, p: 47)

Nesse trecho, vemos a argumentação da autora em torno da violência epistêmica que consiste em manter o Outro (subalterno) sem a sua voz a partir do apagamento da própria narrativa histórica desse sujeito e aponta que os dois intelectuais, Foucault e Derrida, também produzem essa violência.

Desse modo, a questão para ser trabalhada a partir desse ponto é, o que as reflexões de Spivak tem em paralelo com a autoridade experiencial construída nos textos etnográficos clássicos?

Como vimos anteriormente, as etnografias clássicas, principalmente a partir de Malinowski, baseadas no método da observação participante consolidaram o “pesquisador em campo” com base na autoridade da experiência. A questão em relação a isso é que as raízes do trabalho etnográfico são colonialistas, a Antropologia nasce como uma disciplina que serve ao projeto europeu de colonização.

Tomando novamente como exemplo o clássico de Malinowski, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, temos um antropólogo europeu estudando o povo das Ilhas Trobriand de cultura não-europeia em pleno século XX no contexto de processos coloniais. Retomando todas as ponderações de Clifford (1994), o quadro que podemos analisar a partir dessa situação é a de uma autoridade etnográfica que fala sobre um “outro” e produz narrativas históricas tomadas como verdades que não serão questionadas pelos próprios sujeitos da narrativa, pois a esses sujeitos não é dada a possibilidade da *fala*.

Com isso, pretendo observar que esses sujeitos do trabalho de campo clássico, chamados de “informantes”, enquadram-se na categoria de subalternidade (SPIVAK, 2010), não por serem informantes, mas sim pelo lugar que ocupam dentro do sistema socioeconômico que é justamente o que faz desses sujeitos “informantes” a serem estudados.

Contudo, a antropologia que é feita atualmente, em pleno século XXI, não é a mesma feita por Malinowski. As configurações sociais dos povos e das culturas também mudaram e com o advento da globalização, ou nas palavras de Appadurai “uma nova ordem disjuntiva, superposta e complexa” (1994, p: 312), as trocas culturais tornaram-se mais intensas, as distâncias entre os diferentes povos diminuíram e a figura do pesquisador em campo que desbrava sociedades longínquas cedeu espaço ao novo pesquisador de uma alteridade mais próxima. Portanto, agora é necessário pensar a etnografia num amplo espaço de significados, pensar novas formas de fazer etnografia e de ser pesquisador em campo. É a partir dessa necessidade que surgem as críticas pós-modernas à autoridade etnográfica.

Um novo pesquisador em campo e novas etnografias na cultura global

O contexto da globalização e das trocas informacionais permitiu uma aproximação entre diferentes localidades, povos e culturas. Appadurai (1994) trabalha essas questões em seu texto *Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade*.

Appadurai (1994) parte da reflexão de que a nova economia cultural global que é de ordem disjuntiva, superposta e complexa não pode ser interpretada em termos de “centro” e “periferia”, pois a complexidade dessa atual economia tem a ver com certas disjunções entre a economia, a cultura e a política (1994, p: 312). Apesar dessa compreensão sobre o centro e a periferia na economia cultural global, e considerando que nesse ponto corroboro com as considerações de Spivak (2010), ainda assim é importante trazer o estudo de Appadurai para compreender por que a autoridade etnográfica nos termos clássicos começou a ser tão criticada na Antropologia, e observar como as etnografias e os trabalhos de campo vêm mudando desde os clássicos até os contemporâneos.

Uma das reflexões importantes em Appadurai (1994) é sobre a globalização da cultura. O autor assume que a nova ordem cultural está diante de novos fluxos de informações, de pessoas e de mercadorias e aciona a categoria da globalização a partir de uma perspectiva crítica de que a globalização não implica em homogeneidade.

O autor argumenta que apesar das tecnologias de homogeneização (como técnicas de propaganda, estilos do vestuário, etc) e da intensa abertura aos fluxos globais, não se pode anular as singularidades e especificidades de cada contexto cultural mesmo dentro dessa nova ordem global.

A ideia trazida por Appadurai (1994) é um importante argumento para desmistificar a produção de um trabalho de campo holístico (no modo clássico) feita com um povo isolado e desconectado do restante das sociedades. Ao mesmo tempo também se pode pensar que se há uma abertura dos fluxos globais e uma maior comunicação entre os povos a partir das recentes tecnologias informacionais, torna-se mais acessível questionar as pesquisas feitas pelos antropólogos em distantes comunidades e sociedades.

É a partir disso que podemos compreender as mudanças nos modos de produzir etnografias. Marcus (1991) trabalha essa questão analisando a etnografia como um modo de questionar abordagens analíticas e descritivas que constroem um tipo de solidez e enrijecimento do objeto estudado.

Neste trabalho, Marcus (1991) debate alguns requisitos para a produção de uma “nova etnografia” e estratégias para “estabelecer a presença analítica do etnógrafo (ou da etnógrafa) no seu texto” (1991, p: 203).

Quando Marcus (1991) discute os requisitos, “problematizar a perspectiva/voz” e “refazer o observador”, o autor está evocando a nova construção da etnografia a partir da relação entre o que ele chama de “observador e observado”. No primeiro ponto, Marcus (1991) assume a complexidade da construção textual e aborda a necessidade de captar a diversidade intracultural em sua complexidade a partir da abertura às outras vozes que constituem o conjunto complexo de experiências etnográficas. No segundo ponto, o autor propõe o exercício plenamente dialógico de modo a nascer pelo menos duas vozes no diálogo (1991, p: 209).

É possível, nesse ponto, fazer o paralelo com Clifford (1994) e seus modos de autoridade polifônica e dialógica, além de ser possível compreender o processo pelo qual a Antropologia passou desde os clássicos até este ponto no qual a autoridade etnográfica construída no passado precisa ser desmembrada em prol de uma escrita etnográfica que abarque a complexidade da nova ordem social e cultural.

Com esse processo de novas produções etnográficas, etnografias que problematizam e discutem as relações de poder em campo, entre o pesquisador e sujeitos pesquisados, começaram a ser mais comuns. Desse modo, começou-se a teorizar novas formas de “fazer ouvir” outras vozes na etnografia a partir de novos modelos de textualidade. Contudo, esse processo, iniciado a partir das críticas pós-modernas, apesar de seus saldos positivos e necessários, desencadeou algumas problemáticas.

As vozes que cabem na etnografia

O interessante das críticas pós-modernas é compreendê-las não apenas no que concerne à produção dos textos etnográficos, as críticas também questionam o que está por trás dos textos antropológicos clássicos e as relações de poder entre o pesquisador e pesquisados/as que estão ocultas por trás do discurso de objetividade científica.

Sobre esse ponto, Rosaldo (2016) argumenta que,

Ao olhar para Os Nuer a partir do ângulo específico oferecido por *Montaillou*, descobrimos que a figura do etnógrafo fazendo trabalho de campo se parece, de forma perturbadora, com o inquisidor do século XIV

que criou o documento usado por Le Roy Ladurie. A obra do historiador apropria-se de formas de estabelecimento de autoridade e de construção de descrições objetivas já desenvolvidas na literatura etnográfica. (ROSALDO, 2016, p: 126)

O autor provoca um debate importante sobre a posição do pesquisador em campo e as negociações que podem ser feitas a partir disso. Essa negociação consiste em discutir de que modo os textos etnográficos estão sendo produzidos, como o pesquisador se colocou em campo, como construiu as relações com os sujeitos em campo, como descreveu essas relações em seu texto e a partir de qual lugar social está produzindo suas análises.

Refletir sobre esse “lugar social” implica, primeiramente, assumir que nenhum pesquisador irá a campo de forma neutra, suas lentes culturais e sua socialização a partir de uma determinada localidade inviabilizam a suposta “neutralidade científica”. Sendo assim, suas análises antropológicas também não serão neutras e a escolha do que colocar e do que não colocar no texto etnográfico irá depender de como as relações em campo foram construídas.

É nesse momento que se torna necessário pontuar a questão das relações de poder entre pesquisador/a e pesquisados/as e como elas afetam a produção da pesquisa. Compreender que nenhum antropólogo/a vai a campo neutro e que sua escrita não é neutra, é uma importante reflexão proporcionada pelas críticas pós-modernas para pensar as relações em campo.

Isso porque a escrita etnográfica constrói narrativas sobre um determinado povo, uma comunidade ou um grupo social, e o lugar social que o pesquisador ocupa em relação aos sujeitos pode reproduzir os contextos de dominação que aparecem sob disfarces corteses (ROSALDO, 2016) na escrita etnográfica. Caso isso ocorra, o pesquisador/a pode construir verdades ilusórias que reproduzem as formas de colonização a partir da violência epistêmica e apagamento do grupo pesquisado.

A partir do debate construído até este ponto, fica evidente a relevância das críticas à autoridade etnográfica e a necessidade de se pensar novas formas de fazer etnografia que escapem aos modelos clássicos. Porém, assim como essas reflexões trouxeram aberturas significativamente positivas para a Antropologia, também trouxeram problemáticas que precisam ser pensadas.

Wilson Trajano Filho (1988) chamou de “barulho dos pós-modernos” as orientações teóricas surgidas a partir desse espectro e escreve um ensaio com uma severa, e também necessária, crítica. Pretendo destacar aqui as considerações do autor sobre a questão da “polifonia”, um dos modos textuais para emergir outras vozes na etnografia além da voz do pesquisador.

Em sua crítica, o autor dialoga com Clifford para destacar que, a despeito do modo polifônico, o texto ainda assim será orquestrado por um só autor (FILHO, 1988). Além disso, Trajano afirma que “denunciando o poder e a dominação, eles pregam uma democracia que, em certos momentos, chega a negar o poder” (1988, p: 143).

O debate de Trajano encaminha para a conclusão de que a extensa crítica à autoridade etnográfica das etnografias pós-modernas seria uma forma de evadir da questão, central para o autor, que é a possibilidade de se ter uma objetividade na ciência antropológica.

A crítica necessária de Trajano (1988) aprofunda o rico e extenso debate sobre autoridade etnográfica, demonstra os ecos e ausências nas etnografias pós-modernas e proporciona uma reflexão ainda maior acerca da Antropologia.

Considerações Finais

As críticas pós-modernas trouxeram mudanças extremamente necessárias ao modo de se produzir etnografias e à própria Antropologia. Ao desmembrar a autoridade etnográfica nos modos clássicos, foi possível enxergar as relações de dominação que se construíram em campo.

Com isso, e com as novas etnografias surgindo dentro dos conglomerados urbanos o que tornou as alteridades mais próximas, novos sujeitos puderam falar, questionar e fazer etnografia. Respondendo ao questionamento do primeiro tópico, os “informantes” ganharam novas categorias: “colaboradores/as” e “interlocutores/as” são algumas delas, cujo objetivo é repensar as relações de dominação em campo que foram construídas a partir de um modo de fazer etnografia fundamentado em contextos de colonização.

Embora a crítica de Trajano (1988) torne a resposta para essa questão incerta, é importante atentar para a importância das reflexões pós-modernas e para as mudanças inegáveis que isso causou na Antropologia. Se os/as “informantes” podem falar, ainda não há como afirmar com certeza, mas é possível afirmar que estão muito mais próximos do que estiveram nas etnografias clássicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. *Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Editora UFRJ, 1994.

FILHO, Wilson Trajano. *Que barulho é esse, o dos pós-modernos?* Anuário Antropológico, Editora Universidade de Brasília, 1988.

MARCUS, George. *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial*. Revista de Antropologia, São Paulo, 1991.

ROSALDO, Renato. *Da porta de sua tenda: o etnógrafo e o inquisidor*. EdUERJ, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.